



UNAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E SERVIÇOS RURAIS - SEAGRIS

PÁG: 1 de 7

TERMO DE FOMENTO 12 • PLANO DE TRABALHO Nº 650

CENTRO COMUNITÁRIO DE GARAPUAVA

CNPJ: 20.210.373/0001-02 • PAULO GONÇALVES PEREIRA • PRESIDENTE • CPF: ***.040.911-**

ENDEREÇO: AVENIDA UNAÍ / 00 SEM NUMERO/ ANTIGA CRECHE DE GARAPUAVA • GARAPUAVA • UNAÍ/MG • CEP: 38615000
CONTATO: (38) 9 9932-0515 (38)-99931-2054 PAULOGONCALVESPEREIRAPAULINHO@GMAIL.COM

Modalidade: **Emenda Parlamentar 39**

Valor:

R\$ 40.000,00

Contrapartida:

R\$ 0,00

NÚMERO EMENDA / AÇÃO PPA

Nº da Emenda: 39 - Código da Ação: 1601 - Ação: AQUISIÇÃO E CESSÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

LEI AUTORIZATIVA

3.838/2025 ESTABELECE A PROGRAMAÇÃO ANUAL DE RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE UNAÍ PARA EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025

DADOS BANCÁRIOS

BANCO DO BRASIL S.A. • AGÊNCIA: 0508 8 • CONTA: 67498 2

TÍTULO DO PLANO DE TRABALHO

IMPULSIONANDO A AGRICULTURA FAMILIAR ATRAVÉS DA MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

VIGÊNCIA

36 MÊS(ES) APÓS A ASSINATURA DO TERMO DE PARCERIA.

OBJETO

Destinação de recursos para o Centro Comunitário de Garapuava, CNPJ 20.210.373/0001-02, para aquisição de implemento agrícola.

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de Implementos Agrícolas:

Roçadeira de Arrasto.

- Detalhamento: do equipamento; Números de Facas 2, Largura do Corte 1.800mm, Altura do Corte 50 a 350 mm, compatível com trator de pequeno a médio porte.

Pulverizador capacidade de 600 litros.

- Detalhamento: do equipamento; Compatível com trator de pequeno a médio porte, Reservatório de Capacidade 600 L, Comando de Pulverização VAR 2 Vias, Barra de comprimento 12 ou 14 metros.

CONTRAPARTIDA

Contrapartida Operacional:

- Disponibilização de operador de máquina (motorista) capacitado;
- Manutenção preventiva e corretiva;
- Transporte do equipamento no campo;
- Guarda, conservação e limpeza;
- Gestão administrativa, técnica e operacional do equipamento e dos serviços a serem prestados.

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Estes implementos vem de encontro com a necessidade da comunidade do distrito que é composta por pequenos produtores, que iram utilizar estes equipamentos para dar manutenção em suas pastagens e lavouras. Visto que estes equipamentos serão usados para atender em conjunto todos os pequenos produtores do distrito. É bom lembrar da grande importância destes equipamentos pois a aquisição dos mesmos individualmente, não seria possível de acontecer pelos pequenos produtores.

**UNAÍ**

SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E SERVIÇOS RURAIS - SEAGRIS

PÁG: 2 de 7

TERMO DE FOMENTO 12 • PLANO DE TRABALHO Nº 650**CENTRO COMUNITÁRIO DE GARAPUAVA**CNPJ: 20.210.373/0001-02 • **PAULO GONÇALVES PEREIRA** • PRESIDENTE • CPF: ***.040.911-**

ENDEREÇO: AVENIDA UNAÍ / 00 SEM NUMERO/ ANTIGA CRECHE DE GARAPUAVA • GARAPUAVA • UNAÍ/MG • CEP: 38615000

CONTATO: (38) 9 9932-0515 (38)-99931-2054 PAULOGONCALVESPEREIRAPAULINHO@GMAIL.COM

Modalidade: **Emenda Parlamentar 39**

Valor:

R\$ 40.000,00

Contrapartida:

R\$ 0,00

Essa proposta não é uma desculpa para inação; é uma ação calculada e alinhada. O plano de trabalho para a aquisição da roçadeira e do pulverizador está em perfeita consonância com os objetivos estatutários do Centro Comunitario de Garapuava, que visa o "fomento e racionalização das explorações agropecuárias e agrícolas e para melhorar as condições de vida de seus associados" conforme disposições estatutárias.

Além disso, esta iniciativa espelha a Política Nacional da Agricultura Familiar Lei nº 11.326/2006, que estabelece diretrizes para o fortalecimento do setor, incluindo "infra-estrutura e serviços" e "modernização e desenvolvimento sustentáveis" Art. 5º, incisos II e XIII. Localmente, a aquisição se encaixa diretamente no Programa de Governo Municipal para o Desenvolvimento Rural. Isso não é teoria, é a intersecção prática entre a necessidade local e a estratégia governamental.

A aquisição da roçadeira e do pulverizador impactará diretamente na redução dos custos de produção e no aumento da rentabilidade para os agricultores familiares. Ao eliminar a dependência de serviços externos caros, os associados terão um ganho imediato de eficiência e autonomia.

PÚBLICO ALVO/BENEFICIÁRIOS

PRODUTORES RURAIS ASSOCIADOS/ 60 FAMÍLIAS.

RESULTADOS / PRODUTOS ESPERADOS / IMPACTOS PREVISTOS

Resultados / Produtos Esperados

- manutenção de pastagens limpeza de áreas até mesmo dentro do distrito e áreas rurais com a roçadeira e controle de pragas e plantas daninhas com o pulverizador.
- Disponibilizar os Equipamentos: Roçadeira e pulverizador em plenas condições de uso, e acessível a todos os associados que necessitem do serviço.
- Redução de Custos Individuais: Os associados deixarão de depender da contratação de serviços de roçagem e pulverização, gerando uma economia direta e verificável nos seus custos de produção.
- Aumento no controle de pragas daninhas e manutenção de pastagens.

Impactos Previstos

- Aumento da Produtividade Agrícola: Incremento na produtividade por hectare das culturas dos associados que utilizarem os equipamentos
- Aumento da Renda Familiar: Consequente elevação da renda dos agricultores familiares, impulsionada pelo aumento da produtividade e pela redução dos custos de produção.
- Fortalecimento da Associação: A aquisição do equipamento solidificará a APPRFT/RP como um pilar de suporte e desenvolvimento para seus associados, reforçando sua relevância e capacidade de entregar resultados concretos.
- Fomento ao Desenvolvimento Rural: O projeto atuará como um catalisador para o desenvolvimento rural no Distrito de Garapuava, alinhado à Ação 1601 do PPA Municipal e aos princípios da Lei nº 11.326/2006, demonstrando a eficiência da parceria público-privada no apoio à agricultura familiar.

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- Promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;
- Prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Instrumento de Parceria em toda a sua extensão e no tempo devido;
- Monitorar e avaliar a execução do objeto deste Instrumento de Parceria, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria constantes do Sistema Cygnus, diligências e visitas in loco, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados;
- Comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
- Analisar os relatórios de execução do objeto;
- Analisar os relatórios de execução financeira, nas hipóteses previstas no art. 46, Inciso II, da Lei Municipal nº 3.083, de 2017;



	UNAI SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E SERVIÇOS RURAIS - SEAGRIS	PÁG: 3 de 7
	TERMO DE FOMENTO 12 • PLANO DE TRABALHO Nº 650	
CENTRO COMUNITÁRIO DE GARAPUAVA CNPJ: 20.210.373/0001-02 • PAULO GONÇALVES PEREIRA • PRESIDENTE • CPF: ***.040.911-**		
ENDEREÇO: AVENIDA UNAI / 00 SEM NUMERO/ ANTIGA CRECHE DE GARAPUAVA • GARAPUAVA • UNAI/MG • CEP: 38615000 CONTATO: (38) 9 9932-0515 (38)-99931-2054 PAULOGONCALVESPEREIRAPULINHO@GMAIL.COM		
Modalidade: Emenda Parlamentar 39	Valor:	R\$ 40.000,00
	Contrapartida:	R\$ 0,00

- VII - Receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Instrumento de Parceria, nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- VIII - Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos do Capítulo XII da Lei Municipal nº 3.083, de 2017;
- IX - Designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e no Capítulo XIII da Lei Municipal nº 3.083, de 2017;
- X - Retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;
- XI - Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;
- XII - Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014;
- XIII - Prorrogar de "ofício" a vigência do Instrumento de Parceria, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014, e § 1º, inciso I, do Capítulo XIV da Lei Municipal nº 3.083, de 2017;
- XIV - Publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Instrumento de Parceria;
- XV - Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e no Sistema Cygnus, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;
- XVI - Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
- XVII - Informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Instrumento de Parceria;
- XVIII - Analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Instrumento de Parceria; e
- XIX - Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO

- I - Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste Termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Instrumento de Parceria, observado o disposto na Lei nº 13.019, de 2014, e na Lei Municipal nº 3.083, de 2017;
- II - Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
- III - Garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;
- IV - Manter e movimentar os recursos financeiros em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- V - Não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;
- VI - Apresentar Relatório de Execução do Objeto na plataforma Cygnus, de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 46 inciso I da Lei Municipal nº 3.083, de 2017;
- VII - Executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
- VIII - Prestar contas à Administração Pública, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Instrumento de Parceria,





UNAI

SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E SERVIÇOS RURAIS - SEAGRIS

PÁG: 4 de 7

TERMO DE FOMENTO 12 • PLANO DE TRABALHO Nº 650**CENTRO COMUNITÁRIO DE GARAPUAVA**CNPJ: 20.210.373/0001-02 • **PAULO GONÇALVES PEREIRA** • PRESIDENTE • CPF: ***.040.911-**

ENDEREÇO: AVENIDA UNAI / 00 SEM NUMERO/ ANTIGA CRECHE DE GARAPUAVA • GARAPUAVA • UNAI/MG • CEP: 38615000

CONTATO: (38) 9 9932-0515 (38)-99931-2054 PAULOGONCALVESPEREIRAPAU LINHO@GMAIL.COM

Modalidade: **Emenda Parlamentar 39**

Valor:

R\$ 40.000,00

Contrapartida:

R\$ 0,00

nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014, e do capítulo XVIII, da Lei Municipal nº 3.083, de 2017;

IX - Responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

X - Permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação -CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Instrumento de Parceria, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento in loco e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

XI - Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Instrumento de Parceria:

a) Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;

b) Garantir sua guarda e manutenção;

c) Comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;

d) Arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;

e) Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC; e

f) Durante a vigência do Instrumento de Parceria, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.

XII - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Instrumento de Parceria, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIII - Manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIV - Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Instrumento de Parceria, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;

XV - Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

XVI - Observar, nas compras e contratações de bens e serviços e na realização de despesas e pagamentos com recursos transferidos pela Administração Pública, os procedimentos estabelecidos no Manual de Prestação de Contas fornecidos pela administração pública item 3.4;

XVII - Incluir regularmente no Sistema Cygnus informações e os documentos exigidos pela Lei nº 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado, e prestar contas dos recursos recebidos no mesmo sistema;

XVIII - Observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;

XIX - Manter seus dados cadastrais atualizados no Sistema Cygnus;

XX - Divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019, de 2014;

XXI - Submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

XXII - Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;

XXIII - Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e das taxas de importação, de câmbio, aduaneiras e similares, relacionados à execução do objeto previsto neste Instrumento de Parceria, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública municipal quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014; e

XXIV - Quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

XXV - Na atuação em rede, por duas ou mais organizações da OSC, será mantida a integral responsabilidade da OSC celebrante do presente Instrumento de Parceria;

XXVI - Competirá a OSC a celebração de termo de atuação em rede para repasse de recursos à(s) não celebrante(s), ficando obrigada, no ato de celebração a:

a) Verificar a regularidade jurídica e fiscal da organização executante e não celebrante do Instrumento de Parceria; e

b) Comunicar à Administração Pública a assinatura do termo de atuação em rede, no prazo de até 60 (sessenta) dias contado da data



TERMO DE FOMENTO 12 • PLANO DE TRABALHO Nº 650

CENTRO COMUNITÁRIO DE GARAPUAVA

CNPJ: 20.210.373/0001-02 • **PAULO GONÇALVES PEREIRA** • PRESIDENTE • CPF: ***.040.911-**

ENDEREÇO: AVENIDA UNAI / 00 SEM NUMERO/ ANTIGA CRECHE DE GARAPUAVA • GARAPUAVA • UNAI/MG • CEP: 38615000
CONTATO: (38) 9 9932-0515 (38)-99931-2054 PAULOGONCALVESPEREIRAPAU LINHO@GMAIL.COM

Modalidade: Emenda Parlamentar 39	Valor:	R\$ 40.000,00
	Contrapartida:	R\$ 0,00

de sua assinatura.

XXVII- Na atuação em rede, por duas ou mais organizações da OSC, será mantida a integral responsabilidade da OSC celebrante do presente Instrumento de Parceria.

METAS DA PARCERIA

META 1: : Promover o Desenvolvimento Mediante a Mecanização Agrícola.

Unidades/Públicos-alvo: PRODUTORES RURAIS E FAMÍLIAS

QTDE: 30 a 60

PRAZO: 36 MESES

Descrição das atividades para o cumprimento da meta (Ações)

Aquisição de implementos agrícolas: uma Roçadeira de Arrasto e um Pulverizador capacidade de 600 litros.

Forma de Execução

1º Etapa: Aquisição do Bem

- Será efetuado o levantamento de custo para efetuar a compra dos implementos.

2º Etapa: Uso / Manutenção

- Levantamento de demanda para uso do equipamento;
- Será feito cronograma para uso do equipamento;
- Efetuar a manutenção preventiva ou corretiva se for o caso.

Definição dos Meios/Parâmetros para Aferição

1º Etapa: Aquisição do Bem.

- Disponibilização da cotação prévia.
- Apresentação da nota fiscal com o respectivo comprovante de pagamento.

2º Etapa: Uso/ Manutenção

- Disponibilizar o relatório de uso do equipamento;
- Apresentar relatórios que comprove as manutenções;
- Apresentar o RPS - Relatório de Prestação de Serviços;
- Alimentar REO - Relatório de Execução do Objeto;
- Alimentar REF - Síntese da Movimentação Financeira e Síntese dos Lançamentos das Despesas;
- Apresentar TPTP - Termo de Promessa de Transferência de Propriedade.

DESEMBOLSO FINANCEIRO

CÓDIGO/FONTE		PROGRAMÁTICA	
1500 - TESOIRO LIVRE		02.09.02.20.608.2091.1601	
TIPO	FICHA	NATUREZA DE DESPESAS	VALOR
MUNICIPAL	1.672	I: 445052	R\$ 40.000,00
PARCELA	MÊS/ANO	VALOR DA PARCELA	
1	09-2025	R\$ 40.000,00	

PLANEJAMENTO FINANCEIRO • SINTÉTICO

91/H

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



TERMO DE FOMENTO 12 • PLANO DE TRABALHO Nº 650

CENTRO COMUNITÁRIO DE GARAPUAVA

CNPJ: 20.210.373/0001-02 • **PAULO GONÇALVES PEREIRA** • PRESIDENTE • CPF: ***.040.911-**

ENDEREÇO: AVENIDA UNAI / 00 SEM NUMERO/ ANTIGA CRECHE DE GARAPUAVA • GARAPUAVA • UNAI/MG • CEP: 38615000
CONTATO: (38) 9 9932-0515 (38)-99931-2054 PAULOGONCALVESPEREIRAPAULINHO@GMAIL.COM

Modalidade: **Emenda Parlamentar 39**

Valor: R\$ 40.000,00

Contrapartida: R\$ 0,00

INVESTIMENTO/EQUIPAMENTOS E MAT.PERMANENTE R\$ 40.000,00

... R\$ 40.000,00

PLANEJAMENTO FINANCEIRO • ANALÍTICO

INVESTIMENTO/EQUIPAMENTOS E MAT.PERMANENTE

AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS

01 Roçadeira de Arrasto.
01 Pulverizador capacidade de 600 litros.

Valor estimado para aquisição de implementos: R\$ 40.000,00

PARCELA **VALOR DA PARCELA**

1 R\$ 40.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 40.000,00

Unai, 22 de Agosto de 2025

Paulo Gonçalves Pereira

PAULO GONÇALVES PEREIRA

***.040.911-**

RESPONSÁVEL LEGAL DA OSC

Rodrigo Pereira Viana

RODRIGO PEREIRA VIANA

***.913.256-**

93
/H

	UNAI SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E SERVIÇOS RURAIS - SEAGRIS	PÁG: 7 de 7
	TERMO DE FOMENTO 12 • PLANO DE TRABALHO Nº 650	
CENTRO COMUNITÁRIO DE GARAPUAVA CNPJ: 20.210.373/0001-02 • PAULO GONÇALVES PEREIRA • PRESIDENTE • CPF: ***.040.911-**		
ENDEREÇO: AVENIDA UNAI / 00 SEM NUMERO/ ANTIGA CRECHE DE GARAPUAVA • GARAPUAVA • UNAI/MG • CEP: 38615000 CONTATO: (38) 9 9932-0515 (38)-99931-2054 PAULOGONCALVESPEREIRAPAULINHO@GMAIL.COM		
Modalidade: Emenda Parlamentar 39	Valor:	R\$ 40.000,00
	Contrapartida:	R\$ 0,00

GESTOR(A) DA PARCERIA



RODRIGO PEREIRA VIANA

***.913.256-**

SECRETÁRIO